

# Avaliação Externa das Escolas

## Relatório de escola

# Agrupamento de Escolas do Cerco PORTO

**Delegação Regional do Norte da IGE**

**Datas da visita: 11 a 13 de Fevereiro de 2009**

## I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas do Cerco, Porto** realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **11 a 13 de Fevereiro de 2009**.

Os capítulos do relatório — Caracterização do Agrupamento, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como o contraditório apresentado pelo Agrupamento, encontram-se no sítio da IGE em: [www.ige.min-edu.pt](http://www.ige.min-edu.pt)

### Escala de avaliação

#### Níveis de classificação dos cinco domínios

**MUITO BOM** – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**BOM** – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**SUFICIENTE** – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

**INSUFICIENTE** – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

## II - CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas do Cerco localiza-se na freguesia de Campanhã, na cidade do Porto. Foi constituído no final do ano lectivo 2006/2007 e resulta da fusão do Agrupamento de Escolas do Cerco com a Escola Secundária. Este processo, sem preparação prévia, gerou apreensão na comunidade escolar, considerando o elevado número de alunos que constitui o Agrupamento e os contextos e problemáticas que lhe estão associadas. Com efeito, o Agrupamento está enquadrado num contexto geográfico marcado pela habitação social e, conforme consta nos seus documentos estruturantes, são patentes as debilidades socioeconómicas e culturais potenciadoras de risco de exclusão social e escolar. Uma das características do Agrupamento é, também, a sua diversidade étnica, com 76 crianças/alunos de etnia cigana, não se registando diversidade linguística significativa. Atendendo a todas estas variáveis contextuais e suas consequências na população escolar, o Agrupamento está inserido no segundo Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – 2007/2010 (TEIP 2).

O Agrupamento é composto por um jardim-de-infância, cinco escolas do 1.º ciclo com jardim-de-infância e a escola sede, com 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, geograficamente próximos. As instalações da Escola sede (escola secundária e EB2,3) estão a ser alvo de requalificação e os estabelecimentos afectos à educação pré-escolar e ao 1.º ciclo apresentam boas condições, quer ao nível das instalações, quer da funcionalidade das salas de actividades/aula, apesar da insuficiência de espaços nas escolas do 1.º ciclo visitadas.

Segundo os dados constantes do perfil de Agrupamento, a população escolar é de 2252 crianças/alunos, assim distribuída: 230 na educação pré-escolar; 895 no 1.º ciclo; 343 no 2.º ciclo; 412 no 3.º ciclo; 81 nos cursos de educação e formação; 15 no programa integrado de educação e formação e 276 no ensino secundário. Neste último nível de ensino, 193 alunos frequentam os cursos científico-humanísticos; 32 o Curso Tecnológico de Desporto; 40 os cursos profissionais e 11 um curso de educação e formação tipo 5. Funcionam, ainda, cursos de educação e formação de adultos (43 formandos) e turmas extra-escolares de alfabetização de adultos (45 formandos). Beneficiam da modalidade de auxílios económicos, no âmbito da acção social escolar, 58,2% dos alunos, com predominância do Escalão A. Têm computador em casa 44,7% dos alunos, dos quais 23,4% dispõem de ligação à Internet.

De entre as habilitações académicas conhecidas de 72% dos pais e encarregados de educação, predomina o ensino básico (84%) seguida do ensino secundário (7%) e 2% não possuem habilitações. Dos 56% dos pais e encarregados de educação com profissões conhecidas, predominam e enquadram-se na categoria “trabalhadores dos serviços e comércio” 34%, na de “operários artífices e trabalhadores da indústria” 30% e na de “trabalhadores não qualificados” 18%.

O corpo docente é constituído por 274 educadores e professores, de entre os quais 172 pertencem ao Quadro de Escola, 50 ao Quadro de Zona Pedagógica, 43 são Contratados e 9 estão colocados no âmbito do Programa TEIP 2, com a particularidade de 81% pertencerem aos quadros. O corpo não docente é composto por 84 funcionários, 13 estão afectos aos serviços administrativos, 70 são assistentes operacionais e um é técnico superior (psicólogo).

## III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

### 1. RESULTADOS

SUFICIENTE

O Agrupamento analisa os resultados escolares dos alunos e procede à análise comparativa dos resultados da avaliação interna e externa. As taxas de transição/conclusão dos 1.º e 2.º ciclos e do ensino secundário regular, em 2007/08, situam-se abaixo das médias nacionais. Já as taxas de transição do 3.º ciclo, no mesmo ano, estão acima das médias nacionais. De salientar, porém, que no ano de 2007/08 as taxas de transição/conclusão superaram, globalmente, as metas definidas no âmbito do projecto TEIP2. Os resultados da avaliação externa no ensino básico (provas de aferição dos

4.º e 6.º anos e exames nacionais do 9.º ano) situam-se, também, abaixo das médias nacionais. Nos exames nacionais do ensino secundário, em 2008, os resultados a Português, Matemática e História são significativamente inferiores às médias nacionais, verificando-se acentuada descida, quando comparadas com as do ano anterior. Verifica-se que, nestas disciplinas, a classificação interna tem vindo a afastar-se dos resultados da avaliação externa. Por seu lado, os cursos profissionais, o Curso Tecnológico de Desporto e os cursos de educação e formação apresentam taxas elevadas de exclusão por faltas, desistência, anulação de matrícula e, conseqüentemente, de não conclusão.

A promoção de uma cultura de gestão participada, que envolva os alunos, ainda é uma prática pouco aprofundada, como revela a sua reduzida contribuição na elaboração e discussão dos documentos estruturantes do Agrupamento e na programação das actividades. Existem, porém, algumas iniciativas expressivas da participação dos alunos e do desenvolvimento de uma cidadania responsável, assente nos princípios da solidariedade, da convivência democrática e do respeito mútuo, apesar de ser evidente que tais princípios não foram assumidos por todos os alunos.

A indisciplina em contexto de sala de aula e a violência escolar estão patentes em algumas escolas do Agrupamento, afectando o ensino e a aprendizagem. Há evidências de melhorias na disciplina, resultantes das medidas implementadas no âmbito do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. O Agrupamento aposta na elevação das expectativas dos alunos e das suas famílias, sendo percebido que a maioria dos alunos que concluiu a escolaridade básica, em 2006/07 e 2007/08, prosseguiu estudos.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

SUFICIENTE

A articulação e a sequencialidade entre os níveis de educação e ensino ocorrem nas estruturas de coordenação e supervisão e no Conselho Pedagógico. Afirmam-se mais consolidadas e sistemáticas no 1.º ciclo e ainda ténues nos restantes níveis e ciclos de ensino. As estruturas intermédias promovem um trabalho cooperativo entre os docentes, com maior incidência na educação pré-escolar e no 1.º ciclo.

A página do Agrupamento na Internet revela um trabalho consistente de optimização dos recursos tecnológicos, com o efectivo envolvimento de alguns alunos e professores, numa perspectiva interdisciplinar e, pontualmente, inter ciclos. O acompanhamento e a supervisão das práticas lectivas em sala de aula são efectuados, por via indirecta, nas reuniões de departamentos, conselhos de docentes e grupos disciplinares, essencialmente através da monitorização do cumprimento dos programas, da uniformização dos critérios de avaliação e da partilha de experiências e informações. O Agrupamento organiza apoios educativos diferenciados, sobretudo, para os alunos com necessidades educativas especiais, para os que apresentam dificuldades na fala e para os alunos com maior insucesso. Porém, não estão instituídos apoios pedagógicos a todas as disciplinas e para todos os alunos, incluindo para aqueles que, apesar de já bem sucedidos, pretendam elevar os seus níveis de desempenho escolar. É de salientar a implementação na EB1 do Cerco, de um projecto experimental, no âmbito dos apoios diferenciados em sala de aula e da organização e gestão flexível das turmas, do currículo e do apoio pedagógico. A valorização dos saberes e da aprendizagem, para além das estritamente curriculares, está patente em actividades, projectos e concursos que expressam as dimensões sociais, artísticas, desportivas e culturais da educação e que têm impacto na formação integral dos alunos. A componente prática da aprendizagem das ciências, apesar de constituir uma preocupação do Agrupamento, não se traduz em actividades experimentais/laboratoriais regulares e sistemáticas, em todos os níveis de ensino.

Não poderemos deixar de sublinhar que a prestação do serviço educativo está enquadrada por factores sócio-escolares que, objectivamente, se apresentam como condicionalismos ao desenvolvimento da prática profissional dos docentes.

### 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

BOM

O projecto de constituição do território educativo de intervenção prioritária de 2.<sup>a</sup> geração foi assumido, nesta fase, como o Projecto Educativo do Agrupamento. Este documento define prioridades, objectivos, estratégias e metas quantificadas e avaliáveis, embora não se articule, explicitamente, com os outros documentos estruturantes do Agrupamento, resultante em parte, das recentes mudanças organizativas. No entanto a gestão deste contexto sócio-escolar demanda uma forte liderança, estabilidade organizativa e políticas internas globais e integradas.

O ano lectivo é preparado de forma cuidada, assente em critérios de razoabilidade e de equidade a nível da constituição das turmas e dos horários, bem como da distribuição e afectação do serviço docente e não docente. É consensual, na comunidade escolar, que o Agrupamento age com equidade e justiça, não só na gestão dos recursos humanos e materiais, mas também na promoção de condições de igualdade de oportunidades no acesso aos bens educativos. As necessidades de formação contínua dos docentes foram diagnosticadas, tendo sido promovida formação interna. Ao invés, as necessidades de formação contínua dos assistentes operacionais não têm sido identificadas e não existe um plano de formação para estes funcionários.

As instalações da Escola sede (edifícios da EB2.3 e da escola secundária) encontram-se em fase de requalificação, constituindo um aspecto positivo, reforçado pelos eventuais efeitos no processo de identificação dos alunos com a escola e na melhoria dos comportamentos e das aprendizagens. Percepcionam-se sinais de reduzida higiene e limpeza nos espaços de recreio e condições de reduzida adequabilidade, privacidade e bem-estar no pavilhão gimnodesportivo. Os jardins-de-infância e as escolas do 1.<sup>o</sup> ciclo visitadas apresentam boas instalações e condições de salubridade e segurança. Contudo, os espaços são insuficientes, o que obriga ao funcionamento de algumas escolas em regime duplo e ao desenvolvimento de algumas actividades de enriquecimento curricular na sala de aula. De salientar a rentabilização dos recursos do programa TEIP2 com impacto na melhoria da segurança escolar.

A participação dos pais e encarregados de educação é percebida como elevada na educação pré-escolar e na maioria das escolas do 1.<sup>o</sup> ciclo, mas reduzida nos demais níveis de ensino e numa das EB1 tanto a nível do acompanhamento dos seus educandos, como na gestão participada do Agrupamento. No entanto, as associações de pais mostram disponibilidade e empenho na resolução dos problemas do Agrupamento, apesar da dificuldade em granjear associados e motivá-los para uma maior responsabilização e participação activa.

### 4. LIDERANÇA

SUFICIENTE

A liderança da Comissão Executiva Instaladora assenta numa relação comunicacional aberta e na gestão flexível de expectativas e interesses, numa perspectiva de envolvimento dos diversos intervenientes e da promoção da complementaridade entre órgãos e estruturas intermédias. O Agrupamento tem uma visão de escola a prosseguir, patente no Projecto Território Educativo de Intervenção Prioritária, e partilhada por actores internos e externos. Contudo, a falta de um Projecto Educativo pensado e construído conjuntamente pode dificultar a mobilização da comunidade educativa. Os planos de acção implementados produziram ligeiras melhorias em áreas consideradas prioritárias. Contudo, as baixas taxas de sucesso que se verificam em alguns cursos de cariz mais profissionalizante apontam para a reduzida eficácia destas opções.

As lideranças, os docentes e os não docentes do Agrupamento estão genericamente empenhados, não obstante os problemas e as contrariedades que têm de enfrentar no seu dia-a-dia profissional. O absentismo dos docentes e dos não docentes é monitorizado e apresenta taxas significativas, apesar de ter diminuído, ligeiramente, no último ano.

O Agrupamento revela abertura à inovação que se objectiva na adesão a projectos, concursos e parcerias, alguns com projecção a nível local e nacional e na utilização da plataforma *Moodle* e da página do Agrupamento na Internet. Para debelar as problemáticas com que se confronta, o Agrupamento conta com a participação da Autarquia e de outras parcerias activas.

## 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

SUFICIENTE

O Agrupamento evidencia práticas continuadas de avaliação do seu desempenho a nível dos resultados escolares e da concretização do projecto de constituição do território educativo de intervenção prioritária. Ainda não foi instituído um processo de auto-avaliação sistemático em todas as áreas-chave do seu funcionamento e que envolva a participação da comunidade escolar. Deste modo, o carácter coerente e estratégico da auto-avaliação ainda é uma área pouco conseguida. Contudo, o Agrupamento conhece os seus pontos fortes e fracos e define estratégias tendentes à resolução dos problemas identificados. O aprofundamento das dinâmicas de auto-avaliação, a dinamização interna facilitada pela constituição do território educativo de intervenção prioritária e pela requalificação das instalações escolares a consolidação da estabilidade organizativa são factores que poderão vir a garantir uma estratégia global de melhoria, a superação de dificuldades internas que teimem em permanecer, um melhor aproveitamento das oportunidades de parcerias activas e a minimização do impacto de factores externos adversos.

## IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

### 1. RESULTADOS

#### 1.1 SUCESSO ACADÉMICO

O Agrupamento, nos últimos dois anos, tem vindo a fazer uma análise dos resultados académicos por níveis/ciclos de ensino, anos de escolaridade, turmas e disciplinas. Procede, também, à análise comparativa dos resultados das classificações internas e externas. Segundo os dados disponíveis, as taxas de transição/conclusão, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário regular, no biénio 2006/07 a 2007/2008, registaram uma melhoria, à excepção do 2.º e do 9.º ano de escolaridade. Apesar de, em 2008, estas taxas serem inferiores às médias nacionais nos 1.º e 2.º ciclos e no ensino secundário e ligeiramente superiores (0,9%) no 3.º ciclo, ultrapassaram as metas definidas no Projecto TEIP2. Em 2007/08, as classificações positivas nas provas de aferição do 4.º ano, a Língua Portuguesa e a Matemática, foram inferiores às nacionais, em 8,4% e 1,2%, respectivamente. De igual modo, no 6.º ano e nas mesmas disciplinas, as classificações positivas situaram-se, também, abaixo das nacionais, respectivamente, em 4,8% e 21,3%. Nos exames nacionais do 9.º ano, no triénio 2005/06 a 2007/08, a média da classificação em Língua Portuguesa foi de 2,2, 3,1 e 2,6, respectivamente, o que a situa abaixo da média nacional. Na disciplina de Matemática, as médias foram de 1,9, 1,4 e 2,1, respectivamente, o que as situa também abaixo da média nacional. Nos exames nacionais do ensino secundário, os resultados a Português são inferiores à média nacional em 1,6 valores (em 2006), superiores em 0,1 valores (em 2007) e inferiores em 3,2 valores (em 2008); os resultados a Matemática foram inferiores às médias nacionais em 2,9, 2,5 e 7,3 valores, respectivamente e os de História são inferiores à média nacional em 1,9 valores (em 2006), superiores em 0,8 valores (em 2007) e inferiores em 5,3 valores (em 2008). Verifica-se, portanto, que os resultados do Agrupamento na avaliação externa de 9.º e 12.º anos não têm evidenciado melhorias no sentido da sua convergência para as médias nacionais. Segundo dados do Agrupamento, os planos de recuperação e de acompanhamento tiveram, em 2007/08, taxas de sucesso que variam entre 50% e 100% nos diferentes ciclos do ensino básico. Ainda de acordo com a mesma fonte, no ano de 2007/08, as taxas de anulação de matrícula e de exclusão/retenção por faltas são elevadas nos cursos de educação e formação (15,6%), nos cursos profissionais (43,2%) e no ensino

secundário regular (34,1%). A taxa de abandono/desistência/ exclusão por faltas tem vindo a diminuir e oscila entre 0,3% no 1.º ciclo e 15% no 11.º ano.

## 1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

A participação e o desenvolvimento cívico dos alunos encontram-se entre as prioridades do Agrupamento, porém, não se evidenciam práticas de uma cultura de gestão participada que envolva os alunos, como ilustra a sua reduzida participação na elaboração e discussão dos documentos estruturantes do Agrupamento e na programação das suas actividades. De igual modo, a ausência de atribuição de responsabilidades/tarefas concretas e explícitas aos alunos da EB2,3/S, denota debilidades na implementação de uma cultura de participação. A existência de uma associação de estudantes não tem contribuído para aprofundar esta lógica de acção. Destacam-se, porém, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, algumas práticas individuais de efectiva participação dos alunos no planeamento da acção educativa diária e da sua responsabilização por tarefas concretas. Outras práticas existem, nos vários ciclos de ensino, que promovem a participação dos alunos, nomeadamente: o “Conselho de Alunos”, no âmbito do ainda emergente Projecto Inclusão e Diversidade na Educação; o Projecto “Cidadania e Segurança”; e as “Assembleias de Alunos”, no 1.º ciclo. O Agrupamento desenvolve actividades que denotam preocupação com o desenvolvimento de uma cidadania responsável, assente nos princípios da solidariedade, da convivência democrática e do respeito mútuo, apesar de ser evidente que estes princípios não foram, ainda, assumidos por todos os alunos. A valorização e o estímulo dos sucessos dos alunos estão patentes em inúmeras iniciativas de pendor cultural, social e desportivo. Salienta-se a participação de 20 alunos, que se destacaram pelas suas competências académicas e sociais nas actividades de Verão promovidas pela Universidade Júnior do Porto.

## 1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

As crianças da educação pré-escolar e os alunos de algumas EB1 revelam, em geral, um comportamento disciplinado, mostrando conhecer as regras de conduta e de funcionamento escolar. Apesar do comportamento e da disciplina dos alunos ter vindo a melhorar, em parte pelas medidas implementadas no âmbito do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP 2), verificam-se comportamentos e atitudes que afrontam os valores e as normas escolares e sociais (e.g. violência, agressão física e verbal, roubos, grafitos no interior e exterior da EB2,3/S e outros sinais de vandalização das instalações). Por professores e alunos, é referido que a indisciplina existente, que se estende à sala de aula, condiciona e perturba o processo de ensino-aprendizagem. Na generalidade dos casos, os problemas são tratados e resolvidos no âmbito da sala de aula, com a intervenção do Director de Turma, e, só em última instância, intervém a Comissão Executiva Instaladora. Este problema é comprovado pelos 89 procedimentos disciplinares instaurados a alunos em 2005/06, 106 em 2006/07; e, 58 em 2007/08, com aplicação de 10 medidas correctivas e 48 medidas sancionatórias. A melhoria destes resultados deve-se ao esforço e empenho do Agrupamento, como ilustra a aposta nas assessorias pedagógicas a professores com turmas problemáticas, no programa de acção tutorial e nas medidas implementadas no âmbito do projecto TEIP 2, nomeadamente a colocação de animadores socioculturais, o reforço de seguranças na Escola sede e na EB1/JI do Cerco e a acção parental do grupo de acção social. A (re)afirmação da autoridade escolar (pela qual o Agrupamento pugna) regista algumas melhorias, porém, o estado actual de vandalização das instalações da Escola sede poderá constituir, por si, uma desautorização das orientações e normas escolares e, por consequência, diminuir a influência e o controlo que a própria escola exerce.

## 1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

A Comissão Executiva Instaladora, em resultado da sua experiência e do conhecimento informalmente construído, tem a noção das representações que os diferentes elementos da comunidade escolar têm sobre o Agrupamento. Com base neste conhecimento, apostou na elevação das expectativas dos alunos e das suas famílias. Esta estratégia materializa-se na diversificação da oferta educativa e formativa para jovens e adultos, nas medidas de intervenção social junto das famílias e no fomento de

actividades de enriquecimento curricular. Apesar de não dispor de dados monitorizados, é percebido pelo Agrupamento que a maioria dos alunos que concluiu a escolaridade básica, em 2006/07 e 2007/08, prosseguiu estudos. Contudo, as alternativas educativas e formativas criadas parecem não traduzir maior motivação e valorização da escola, para muitos alunos, considerando as elevadas taxas de absentismo, desistência e não conclusão dos respectivos cursos.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

### 2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

A articulação e a sequencialidade entre os níveis de educação e ensino são promovidas pelo Conselho Pedagógico e pelas estruturas de coordenação e supervisão. Entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo, a articulação curricular consubstancia-se, essencialmente, na realização de actividades conjuntas, no processo de transição dos alunos para o 1.º ano (comunicação do desempenho e do comportamento dos alunos) e na elaboração e partilha de materiais didácticos. No 1.º ciclo, a articulação ocorre nas reuniões por anos de escolaridade, onde é desenvolvido um trabalho colaborativo, designadamente na planificação didáctica e na elaboração dos instrumentos de avaliação. Para assegurar a sequencialidade das aprendizagens do 1.º para o 2.º ciclo, os professores do 4.º ano participam na elaboração das turmas do 5.º ano e comunicam ao Director de Turma informações relevantes sobre cada aluno. A articulação curricular e a sequencialidade educativa entre o 2.º e o 3.º ciclo e o ensino secundário são ainda débeis. A interdisciplinaridade consta de algumas actividades constantes do plano anual, sendo de destacar o projecto inter-turmas e inter-escolas “ Ler é preciso”, no âmbito do Plano Nacional da Leitura e os *blogues* interdisciplinares. Nos 2.º e 3.º ciclos, a articulação intra-departamental concretiza-se, essencialmente, na planificação de actividades e de projectos a desenvolver no seio de cada Departamento Curricular/grupo disciplinar. Prevalece, ainda, uma lógica de trabalho por disciplina o que diminui as oportunidades de articulação curricular entre as diferentes disciplinas/áreas disciplinares.

### 2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

A supervisão pedagógica é efectuada nas reuniões dos departamentos, conselhos de docentes e grupos disciplinares através da monitorização do cumprimento dos programas, da uniformização dos critérios de avaliação e da partilha de experiências e informações entre os docentes. Não é evidente, no Agrupamento, que as lideranças intermédias adoptem dinâmicas de acompanhamento e supervisão directa das práticas lectivas em sala de aula. Nos conselhos de turma e nos conselhos de ano, é elaborado o planeamento da actividade lectiva (elaboração e avaliação dos projectos curriculares de turma e das planificações a médio prazo) e são aferidos os instrumentos de avaliação, de acordo com as orientações emanadas do Conselho Pedagógico, dos departamentos e do conselho de docentes e procede-se à partilha de experiências e de práticas pedagógicas relevantes. O programa de assessorias pedagógicas, implementado no âmbito do Plano de Acção para a Matemática ou nas turmas com maiores problemas de indisciplina, tem criado um espírito de entreajuda, não sendo ainda muito perceptíveis a avaliação dos seus efeitos, tanto no comportamento dos alunos, como na melhoria das suas aprendizagens. O exercício da prática lectiva em sala de aula está condicionado por especificidades decorrentes do contexto social e escolar, com maior incidência na Escola sede e na EB1 do Cerco, nomeadamente o controlo das questões disciplinares que, não raras vezes, consome o tempo e a energia de alguns professores na manutenção de um clima favorável à aprendizagem.

### 2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

Os docentes titulares de grupo/turma e os conselhos de turma efectuem a referenciação das crianças e dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente e com dificuldades de aprendizagem. O serviço especializado de apoio educativo define a adequação do processo de ensino-aprendizagem e as tecnologias especiais de apoio que cada aluno deve beneficiar. Desenvolve a sua acção em estreita articulação com os docentes, os directores de turma e as psicólogas para avaliar e

encaminhar os novos casos. O Agrupamento conta, actualmente, com 63 alunos com necessidades educativas especiais, programas educativos individuais e planos individuais de transição para a vida pós-escolar. Na EB1 de Falcão funciona uma unidade de intervenção especializada para alunos com multideficiência, situação que sugere questionamento atendendo a que a idade de alguns alunos que a frequentam se encontra desajustada da dos seus pares. Foi referenciada a dificuldade no encaminhamento destes jovens para instituições com respostas educativas mais adequadas.

Aos alunos com dificuldades de aprendizagem, da Escola sede, são disponibilizados: i) apoios pedagógicos individuais ou em pequenos grupos, preferencialmente, nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática; ii) reforço curricular nas turmas de 5.º ano, nestas disciplinas, prestado por um professor do 1.º ciclo e apoio para os alunos com dificuldades na fala, assegurado por um terapeuta. No 1.º ciclo, existem apoios pedagógicos diferenciados em sala de aula, destacando-se o desenvolvimento do projecto experimental na EB1 do Cerco, que consiste na flexibilização da gestão das turmas, do currículo e do apoio pedagógico, sendo previsível a generalização à Escola sede, em caso da sua avaliação ser positiva. Apesar das elevadas taxas de insucesso escolar, não estão organizados apoios pedagógicos que abranjam todas as disciplinas e todos alunos com insucesso. De igual modo, não foram concebidos apoios para os alunos que, independentemente do seu sucesso académico, procuram elevar os níveis de sucesso já alcançados, situação justificada, pelo Agrupamento, pela insuficiência de recursos humanos. O Serviço de Psicologia, no final do 9.º ano, desenvolve actividades de orientação vocacional dos alunos e das famílias nas opções a tomar, quanto ao prosseguimento de estudos.

#### 2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A valorização dos saberes e da aprendizagem, para além das estritamente curriculares, está presente na multiplicidade de actividades dinamizadas pelo Agrupamento. Estas expressam a valorização das dimensões social, artística, desportiva e cultural e têm impacto na formação integral dos alunos. São de destacar, pela sua abrangência e projecção na comunidade, as seguintes iniciativas: a publicação, em 2007/08, do livro “Cerco(m)navegando”; a visita de escritores ao Agrupamento; o projecto inter-escolas “Árvore dos Abraços”, no âmbito do Plano Nacional da Leitura; a dinamização de blogues; a ginástica acrobática (tendo granjeado prémios nacionais) e a vela, no âmbito do Desporto Escolar; os concursos de Matemática; os jornais escolares; as disciplinas de Cerâmica e de Fotografia, no âmbito de oferta de escola no 3.º ciclo; a página do Agrupamento na Internet, e ainda diversos clubes e oficinas. A valorização da componente prática na aprendizagem das ciências, apesar de constituir uma preocupação do Agrupamento, não se traduz em actividades experimentais/laboratoriais regulares e sistemáticas, em todos os níveis de educação/ensino. A escassez de materiais e equipamentos, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, bem como as obras de requalificação da Escola sede, poderão, em certa medida, condicionar a sua efectivação, mas não justificam o seu carácter esporádico e pontual. Contudo, foi referenciado, pelos docentes, o cumprimento do programa (a nível de práticas activas e experimentais) no ensino secundário. De salientar que as turmas do 2.º ciclo, na disciplina de Ciências da Natureza, não foram desdobradas.

### 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

#### 3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

Em fase de mudança organizativa, resultante da fusão do Agrupamento com a escola secundária, o projecto de constituição de território educativo de intervenção prioritária (TEIP 2) foi assumido como o Projecto Educativo do Agrupamento. Este documento apresenta prioridades, objectivos, estratégias e metas quantificadas e avaliáveis e determina os seus responsáveis e intervenientes. O Plano Anual de Actividades calendariza uma diversidade de acções e projectos, apontando os seus dinamizadores e destinatários, mas não explicita a sua articulação com os objectivos do Projecto Educativo/TEIP. Ainda não se percebe uma cultura de Agrupamento como ilustra, em parte, a existência dois

projectos curriculares de escola/agrupamento, sendo um relativo ao ensino secundário e o outro à educação pré-escolar e ao ensino básico. Apesar destas debilidades, resultantes em parte, das recentes mudanças organizativas, a gestão do Agrupamento, no sentido da melhoria do seu desempenho, demanda fortes lideranças, estabilidade organizativa e políticas internas globais e integradas.

O ano lectivo é preparado de forma cuidada, sendo a organização e a gestão sustentadas nos princípios da eficácia e da razoabilidade. A constituição das turmas tem por base o princípio da continuidade. No início do ano lectivo, as diversas unidades educativas promovem o acolhimento dos alunos e das famílias e divulgam as informações mais relevantes dos documentos estruturantes do Agrupamento e da organização e diversificação das actividades educativas, lectivas e de enriquecimento curricular. Os apoios educativos disponibilizados nos 2.º e 3.º ciclos, são atribuídos, preferencialmente, aos docentes das turmas e a Formação Cívica fica a cargo do Director de Turma. O funcionamento das EB1 em regime duplo e a realização das actividades de enriquecimento curricular antes ou depois da actividade lectiva poderá justificar a reduzida frequência destas actividades. De salientar a rentabilização dos recursos do programa TEIP2 com impacto na melhoria da segurança escolar, traduzida, designadamente, no maior controlo e disciplina dos alunos e da comunidade no acesso e na utilização dos espaços escolares.

### 3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A Comissão Executiva Instaladora demonstra um conhecimento efectivo das competências pessoais e profissionais do pessoal docente e não docente, considerando-o na atribuição das tarefas e responsabilidades. A afectação dos docentes às direcções de turma, aos grupos ou às turmas rege-se pelos seguintes critérios: adequação dos perfis dos docentes às especificidades dos grupos/turmas, continuidade pedagógica e experiência profissional. Os recursos humanos alocados ao Agrupamento pelo Programa TEIP 2 evidenciam uma articulação e gestão eficazes do seu trabalho, reunindo periodicamente para concertar, adequar e avaliar estratégias de intervenção. O acompanhamento e integração de novos professores, ou colocados pela primeira vez no Agrupamento, são, num primeiro momento, assumidos pela direcção executiva e, posteriormente, pelo respectivo Departamento/Grupo disciplinar ou Conselho de Docentes. As necessidades de formação contínua dos docentes são conhecidas e transmitidas ao Centro de Formação Guilhermina Suggia. Paralelamente, o Agrupamento tem proporcionado formação na área das tecnologias de informação e comunicação (e.g. utilização dos quadros interactivos e da plataforma *Moodle*), como suporte da actividade docente. Ao invés, as necessidades de formação dos assistentes operacionais não foi diagnosticada nos últimos anos e não existe um plano interno de formação dirigido a estes profissionais, apesar de os próprios identificarem algumas lacunas na sua formação profissional (e.g. gestão de conflitos e intervenção com alunos com necessidades educativas especiais). Porém, a formação contínua promovida pela Autarquia para os assistentes operacionais que tutela, foi percebida como suficiente e adequada. Os serviços administrativos organizam-se por áreas e o seu funcionamento é percebido como positivo pela comunidade escolar. A acção social escolar reconhece que a entrega dos livros escolares é efectuada tardiamente, justificando a situação com o atraso, tanto dos livreiros, como da respectiva requisição pelas famílias.

### 3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

A Autarquia tem efectuado obras de conservação, manutenção e requalificação do parque escolar, pelo que as EB1 e os JI visitados apresentam, globalmente, espaços adequados ao desenvolvimento da prática lectiva e educativa e boas condições de segurança e limpeza. Dispõem de biblioteca/centro de recursos, quadros interactivos nas salas do 4.º ano, e espaços para a prática da Educação Física. Contudo, algumas das EB1/JI não dispõem, ainda, de áreas específicas para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular e de equipamentos para a prática experimental das Ciências. As instalações da Escola sede estão a sofrer obras de requalificação que, se por um lado, afectam o normal funcionamento de alguns espaços, por outro, as novas instalações poderão concorrer para a valorização dos espaços escolares, com eventuais efeitos na melhoria do comportamento e da aprendizagem. Há evidências de condições pouco adequadas de privacidade e de bem-estar nos

balneários do pavilhão gimnodesportivo, sinais de reduzida higiene e limpeza nos espaços de recreio, bem como a inacessibilidade directa dos alunos a produtos de higiene individual nas instalações sanitárias.

No que diz respeito à gestão financeira, o Agrupamento conta, essencialmente, com as verbas provenientes do orçamento de Estado, da Autarquia e das candidaturas a projectos no âmbito do TEIP 2 e do Programa Operacional do Potencial Humano. O Agrupamento tem vindo a captar receitas próprias, as quais decorrem do aluguer das instalações desportivas, do funcionamento do bufete e de vendas de Natal. A gestão financeira é feita de acordo com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral, aquando da elaboração do orçamento do Agrupamento. Estas receitas foram utilizadas, prioritariamente, no reforço dos equipamentos e materiais didácticos.

### 3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Os docentes titulares de grupo/turma e os directores de turma flexibilizam os horários de atendimento aos encarregados de educação. A participação dos pais na concretização das actividades e no desenvolvimento de projectos é percebida, pelos docentes, como elevada na maioria das unidades educativas da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, onde a existência e funcionamento da respectiva Associação de Pais é considerada uma mais-valia, no apoio material a algumas actividades previstas no plano anual de actividades do Agrupamento. Na Escola sede, a participação dos pais e encarregados de educação é muito reduzida, limitando-se à presença na reunião inicial de ano lectivo e nas de entrega da avaliação de cada período. As associações de pais mostram-se colaborativas e empenhadas na prossecução dos objectivos do Agrupamento, revelando dificuldades em granjear associados e na colaboração dos seus pares. Foi referenciado por vários interlocutores que, pontualmente, alguns pais e encarregados de educação afrontam as normas e os valores do Agrupamento, intimidando alguns docentes e não docentes. O Agrupamento conta ainda com a colaboração activa de instituições locais, públicas e privadas, algumas das quais integram o Conselho Geral Transitório e colaboram nas actividades promovidas.

### 3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

É consensual, na comunidade escolar, que o Agrupamento age com equidade e justiça na gestão dos recursos humanos e materiais, nomeadamente na constituição de turmas, na atribuição dos apoios educativos e na distribuição do serviço docente e não docente. É proporcionada a igualdade de oportunidades aos alunos, independentemente da sua situação económica, social ou de aprendizagem, na participação em actividades de enriquecimento curricular e nas visitas de estudo promovidas. Porém, a entrega tardia dos livros escolares poderá comprometer a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativo dos alunos beneficiários de acção social escolar. A promoção de uma escola mais inclusiva verifica-se no desenvolvimento de algumas actividades e projectos, no apoio específico a alunos e famílias social e economicamente desfavorecidas. Exemplos destas iniciativas são a intervenção do grupo de acção social, o programa tutorial e o projecto “Sorriso Feliz”, para além de medidas pontuais, realizadas no quotidiano escolar (reforço alimentar, apoio psicológico e social, cuidados de saúde, entre outros). Os alunos com mobilidade condicionada, que frequentam o ensino básico na Escola sede, não dispõem de adaptações arquitectónicas que lhes assegure o acesso a todos os bens e serviços.

## 4. LIDERANÇA

### 4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

O Agrupamento tem uma visão de escola que visa alcançar, patente no projecto TEIP 2. No entanto, a inexistência de um verdadeiro Projecto Educativo de Agrupamento poderá condicionar o seu desenvolvimento futuro. Mesmo assim, este facto não foi impeditivo do Agrupamento identificar alguns dos seus problemas prioritários e definir objectivos e estratégias, para cada etapa educativa com indicadores de medida relativos ao progresso dos resultados escolares, do abandono e da

indisciplina. Como estratégia para debelar tais problemáticas, foram implementadas, por um lado, respostas educativas e sociais de apoio aos alunos e famílias e, por outro, foi alargada a oferta formativa através da mobilização de recursos internos e externos, acrescidos dos provenientes do Programa TEIP 2. Algumas destas respostas, como o reforço da segurança nas escolas, a animação social e a intervenção na comunidade, percebem-se adequadas às especificidades das problemáticas. Outras, não se afiguram tão bem sucedidas, já que, em geral, os cursos de educação formação, os profissionais e os tecnológicos registam elevadas taxas de abandono/desistência e de indisciplina, o que sugere o questionamento da sua adequação à população que os frequenta. Também a formação e a valorização da população adulta mereceu a atenção do Agrupamento, no ano lectivo de 2008/09, através da criação de cursos de educação e formação de adultos, no âmbito do Programa Novas Oportunidades, e de cursos de alfabetização de adultos. De referir que os representantes dos assistentes operacionais não fazem parte da constituição do Conselho Pedagógico.

#### 4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

A direcção executiva procura gerir expectativas e interesses, numa relação comunicacional aberta e promotora da articulação entre todos os órgãos de gestão, da sua complementaridade e de um clima educativo de cooperação entre os docentes. Os coordenadores dos conselhos de docentes e dos departamentos curriculares promovem um trabalho articulado com o Conselho Pedagógico, mostrando-se empenhados no desempenho das suas funções. Genericamente, o empenho e a dedicação fazem parte da vida profissional dos docentes, não obstante algumas referências a desalento no exercício da sua função, resultante da vivência continuada de um ambiente perturbador e indisciplinado, em contexto de sala de aula, com maior incidência nos cursos de educação e formação. O absentismo dos docentes (11,3%) e dos não docentes (13,9%) diminuiu ligeiramente, no último ano lectivo. O absentismo dos assistentes operacionais poderá afectar o bom funcionamento da Escola sede, considerando o número insuficiente de funcionários e as lacunas de formação por si identificadas. Para além da gestão corrente, os coordenadores das diversas unidades educativas implicam-se no acompanhamento e na concretização dos projectos curriculares de turma.

#### 4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

A abertura à inovação é notória no investimento feito na actualização/utilização dos equipamentos informáticos (uso generalizado das tecnologias de informação e comunicação: quadros interactivos, plataforma Moodle – sumários e informação *on-line*, bem como blogues) como instrumentos de suporte ao processo de ensino e aprendizagem e à organização interna. O Agrupamento manifesta dinâmica no processo de diversificação da sua oferta formativa, na organização de iniciativas de solidariedade (e.g., a dádiva anual de sangue, as vendas de Natal, o projecto “Sorriso Feliz”) e de acções de sensibilização para questões de saúde e ambientais. De igual modo, revela disponibilidade para abraçar novos desafios como se comprova pela adesão a projectos (e.g. “Pular a Cerca”, do qual o Agrupamento é entidade promotora), a concursos e a outras actividades (e.g. a edição de um livro) e pelo envolvimento no Centro Distrital de Recursos TIC de Educação Especial, sediado na escola sede, bem como a criação, por alunos, da caneta “*Helpwrite*”, destinada a colegas com necessidades educativas especiais que granjeou um prémio nacional de inovação.

#### 4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

O Agrupamento aderiu a projectos da iniciativa da Câmara Municipal do Porto e da Junta de Freguesia de Campanhã (e.g. “Porto crianças”, “Porto seguro” e “Porto jovem”). Destacam-se ainda como parceiros activos o Centro de Saúde e a Junta de Freguesia de Campanhã, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, a Escola Segura, o Centro Regional de Segurança Social, empresas privadas e centros de formação profissional, para assegurar a formação em contexto de trabalho dos cursos de educação e formação, e instituições privadas de solidariedade social. Quanto à participação em projectos nacionais e internacionais, destacam-se o Projecto de Educação para a Saúde, a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, o Plano de Acção para a Matemática; o Plano Nacional de Leitura; o Programa Nacional de Educação pelos Pares; o Programa Ciência Viva; o

projecto de solidariedade “Mundo a Sorrir”, em parceria com jovens médicos e o Projecto pan-europeu “Inclusão e Diversidade na Educação”.

## 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

### 5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

O Agrupamento analisa de forma sistemática os resultados académicos dos alunos, efectuando mesmo análises comparativas nos últimos dois anos. Desde o ano de 2007/08, tem vindo a elaborar relatórios periódicos de avaliação das metas estabelecidas no projecto TEIP 2. Apesar de estas práticas evidenciarem procedimentos avaliativos do seu desempenho, o Agrupamento ainda não instituiu um processo de auto-avaliação regular em todas as áreas-chave do seu funcionamento que envolva a participação dos vários elementos da comunidade escolar. Com base na experiência, no conhecimento informalmente construído e nos elementos fornecidos pela avaliação do projecto TEIP 2, a direcção executiva vai gerindo e reajustando a sua acção. Assim, o carácter estratégico da auto-avaliação ainda é uma área pouco conseguida.

### 5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

O Agrupamento conhece os seus pontos fracos, tendo dirigido acções concretas e específicas para os debelar. Os resultados alcançados ainda se afiguram pouco consistentes e ainda é patente a débil cultura de Agrupamento, de gestão participada com os alunos e de auto-avaliação. Porém, os recursos provenientes do Programa TEIP, a requalificação das instalações escolares, a consolidação da estabilidade organizativa, a vontade expressa de mudança, o aprofundamento de parcerias activas e a continuação das dinâmicas internas que, forçosamente, terão de prosseguir para além do ano terminal do referido programa, são indicadores que perspectivam a consolidação e a melhoria crescente do importante serviço sócio-educativo que o Agrupamento vem prestando.

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento de Escolas do Cerco** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam Agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

### Pontos fortes

- A dinamização de diversas iniciativas de enriquecimento curricular com impacto na formação integral dos alunos.
- A organização do ano lectivo assente em princípios de eficácia, razoabilidade e equidade.
- O empenho das lideranças, dos docentes e dos não docentes.

- A rentabilização dos recursos do programa TEIP 2 com impacto na melhoria da segurança escolar.
- A optimização, por alguns docentes, das tecnologias da informação e comunicação na melhoria do serviço educativo.

### Pontos fracos

- Os insuficientes resultados escolares dos alunos.
- A indisciplina em contexto de sala de aula e a violência escolar em algumas escolas do Agrupamento.
- A reduzida participação activa dos alunos e das famílias na vida escolar.
- A inexistência de um Projecto Educativo de Agrupamento que exprima uma visão integrada do desenvolvimento do Agrupamento.
- A débil articulação e sequencialidade, entre o 2.º e o 3.º ciclos e entre este e o ensino secundário.
- A ausência de acompanhamento directo da prática lectiva em contexto de sala de aula.
- A reduzida incorporação da componente prática da aprendizagem das ciências em contexto de sala de aula/laboratorial.
- A inexistência de um plano de formação contínua para os assistentes operacionais.
- A incipiente cultura de auto-avaliação numa perspectiva abrangente e participada.

### Oportunidades

- O alargamento e o aprofundamento de parcerias poderão minorar os problemas actuais e elevar a imagem pública do Agrupamento.
- A qualidade das futuras instalações escolares, associada a um reforço da autoridade exercida pela escola e à estabilidade organizativa, poderá contribuir para a valorização dos espaços escolares, por parte dos alunos e para a melhoria do seu sentido de pertença, com efeitos positivos no comportamento, na disciplina e nas aprendizagens.

### Constrangimentos

- O término do Programa TEIP 2, em 2010 e a conseqüente diminuição de recursos educativos poderá afectar o desenvolvimento progressivo do Agrupamento, apesar de lhe ser reconhecido capacidade interna de mudança.
- As características sociais, culturais e económicas do meio envolvente, com conseqüências negativas nas expectativas da população escolar, poderão condicionar as melhorias almejadas.